

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.576 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 10 DE OUTUBRO DE 2002

Senado terá a maior bancada feminina de sua história

O fato de o Brasil haver eleito no último dia 6 a maior bancada feminina da história do Senado, passando de cinco para dez representantes, foi aplaudido por Ramez Tebet. "Há avanço das mulheres em todas as atividades, principalmente na política", disse o presidente do Senado.

PÁGINA 4

Suplicy quer assegurar trabalho da ONU no Iraque

Para o senador Eduardo Suplicy, governo brasileiro deve ajudar a garantir que inspetores das Nações Unidas avaliem se o Iraque tem mesmo gases venenosos e armas químicas e nucleares. Ele está preocupado com o risco de um ataque dos EUA, a pretexto de acabar com armas de destruição em massa.

PÁGINA 7

Senadores analisam crescimento da oposição

A eleição em primeiro turno de sete governadores de partidos da oposição foi destacada por Emilia Fernandes. Roberto Saturnino prevê que as mudanças decorrentes de uma eventual vitória de Luiz Inácio Lula da Silva no segundo turno das eleições presidenciais terão repercussão internacional.

PÁGINA 5

Acordo garante votação da reforma do Judiciário este ano

Os senadores Eduardo Suplicy e Romero Jucá, representando o Bloco Oposição e o governo no Senado, firmaram acordo para assegurar a votação da reforma do Judiciário até 15 de dezembro. O senador Bernardo Cabral prometeu concluir até dia 30 deste mês o exame da proposta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da qual ele é presidente.

PÁGINA 3



Célio Azevedo

A CCI, presidida por Cabral, deve examinar até o dia 30 deste mês mérito das 133 emendas à reforma do Judiciário, que voltará ao Plenário



José Cruz

Universidade do Legislativo inicia suas atividades

A abertura dos trabalhos da Universidade do Legislativo Brasileiro foi marcada por três atos solenes, entre os quais a doação, pelo Executivo, do terreno para construção da sede da instituição.

PÁGINA 8

Ministro do Planejamento, presidente do Senado e reitor da UFMS participam da solenidade

Comissão analisa nova política de recursos hídricos

Proposta de mudanças está na pauta da reunião do órgão que examina a revitalização do São Francisco. Uma das sugestões a serem debatidas na próxima quarta-feira é a aplicação de recursos na bacia hidrográfica onde foram gerados

A comissão especial do Senado que analisa o projeto de conservação e revitalização do Rio São Francisco deve votar na próxima quarta-feira o seu terceiro relatório parcial, que conclui pela apresentação de uma proposta alterando a política nacional de gerenciamento de recursos hídricos. Presidida pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL), a comissão tem como relator o senador Waldeck Ornêlas (PFL-BA).

De acordo com o projeto sugerido, os valores arrecadados com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos deverão ser aplicados integralmente na bacia hidrográfica onde foram gerados.



Depois de ouvir especialistas do setor, comissão prepara-se para votar propostas

Atualmente, a lei permite que parte dos recursos financeiros arrecadados em uma bacia hidrográfica seja transferida para outra.

Essa transferência de recursos, na avaliação dos membros da comissão, tem provocado problemas no Sistema Nacional de Ge-

renciamento dos Recursos Hídricos, daí a idéia de propor que os valores arrecadados sejam integralmente aplicados na bacia hidrográfica onde tiveram origem.

O projeto estabelece que esses recursos deverão ser aplicados, entre outras ações, no financiamento de estudos, programas, projetos e obras incluídos no plano de recursos hídricos da bacia e no pagamento de despesas de implantação e custeio administrativo dos órgãos e entidades vinculados à bacia e integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Os recursos arrecadados, con-

forme determina ainda o projeto em discussão, também poderão ser aplicados, a fundo perdido, em projetos e obras que alterem a qualidade, a quantidade e o regime de vazão de um corpo de água, desde que tragam benefício à população da área.

Os membros da comissão argumentaram que, nas discussões em torno da implantação da cobrança pelo uso da água na Bacia do Rio Paraíba do Sul, por exemplo, ficou clara a contradição gerada pela atual legislação. A transferência de parte dos recursos para outras bacias, permitida pela lei atual, segundo observam, é feita à revelia das prioridades definidas pelos comitês das bacias.

Otávio quer ampliação das medidas de apoio aos idosos

O senador Luiz Otávio (PPB-PA) destacou a importância da instalação, no último dia 1º, do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI). Durante a solenidade, conforme relatou, o ministro da Justiça, Paulo de Tarso Ribeiro, enfatizou que o país vem gradualmente envelhecendo e precisa tratar seus idosos "com dignidade, gratidão, respeito e sentido de justiça".

O parlamentar ressaltou que o Brasil conta com um ordenamento jurídico voltado para a terceira idade, lamentando a falta de aplicação de políticas públicas eficazes e continuadas que beneficiem esse segmento da sociedade. Luiz Otávio lembrou o papel fundamental do Estatuto do Idoso, que tem o objetivo de assegurar aos velhos as condições para promover sua

autonomia, integração e participação efetiva na sociedade.

Para Luiz Otávio, mesmo com uma legislação específica sobre o assunto, é imprescindível a criação de novas estruturas sociais que poupem os idosos brasileiros de passar por humilhações, como as filas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a precariedade do atendimento hospitalar e ambulatorial e a falta de infraestrutura das cidades brasileiras.

O parlamentar lembrou que o Brasil tem hoje aproximadamente 20 milhões de pessoas com mais de 60 anos – o que representa mais de 10% da população –, tendo esse número dobrado em pouco mais de uma década. Na avaliação do senador, esse fato significa um sinal evidente de que os idosos exigirão mais amparo da sociedade produtiva jovem.



Roosevelt Fimbeiro

Luiz Otávio cobrou adoção de medidas que poupem os idosos de passar por humilhações

– Saudar nossos concidadãos mais velhos é um dever de reconhecimento. Numa sociedade justa, todas as faixas etárias devem ter seu lugar digno e seguro. Assim como temos que amparar a infância, para que se torne adulta responsável e social-

mente útil, devemos amparar a velhice, para que possa colher os frutos do que plantou em sua vida de trabalho, ao mesmo tempo em que lhe seja possível contribuir na medida da experiência acumulada – concluiu.



AGENDA

QUINTA-FEIRA, 10 DE OUTUBRO DE 2002

PLENÁRIO

10h – Sessão não deliberativa

COMISSÕES

14h – Conselho de Comunicação Social
Pauta: análise da "Política do governo federal na implementação da TV Digital no Brasil". Ala Senador Nilo Coelho – Sala 6.

PREVISÃO

PLENÁRIO

Sexta-feira

9h – Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Segunda-feira

14h – Conselho de Comunicação Social
Pauta: relato dos trabalhos da comissão sobre "Radiodifusão Comunitária", "Regionalização da Programação" e "Serviço de Comunicação Multimídia"; andamento das providências para agendar debate com os candidatos à Presidência da República; e apreciação da MP nº 70/02, que trata da participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, prevista em emenda constitucional. Ala Senador Nilo Coelho – Sala 6.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet

1º Vice-Presidente: Edison Lobão

2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares

1º Secretário: Carlos Wilson

2º Secretário: Antero Paes de Barros

3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti

Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Wagner Caldeira

Diretora da Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573

Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin,

João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Reforma do Judiciário deve ser votada este ano

Acordo entre blocos governista e de oposição garante apreciação rápida, na CCJ, do relatório de Bernardo Cabral sobre emendas apresentadas pelos senadores. Com isso, o Plenário poderá votar a matéria até 15 de dezembro

Os blocos governista e de oposição no Senado, representados, respectivamente, pelos senadores Romero Jucá (PSDB-RR) e Eduardo Suplicy (PT-SP), firmaram ontem acordo para garantir a votação da reforma do Poder Judiciário até o dia 15 de dezembro. Ao discutir na reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o parecer do relator da matéria, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), os parlamentares se comprometeram a dedicar exclusivamente a esse tema as primeiras reuniões da CCJ após o encerramento do segundo turno das eleições.

O parecer, já encaminhado aos senadores que integram a comissão, será discutido e votado pela CCJ, que analisará o mérito das 133 emendas apresentadas, e em seguida devolvido ao Plenário para que este discuta e vote o texto produzido pelo relator. Após votada pelo Senado, a matéria retornará à Câmara dos Deputados, onde ficou dez anos em tramitação, segundo Cabral.

Na reunião de ontem da CCJ, o parecer de Cabral sobre a reforma do Judiciário chegou a ter sua discussão iniciada. Entretanto, por sugestão do senador Eduardo Suplicy, a análise das 133 emendas foi suspensa para que cada senador que integra a comissão possa ler com calma o trabalho

do relator, que aborda o mérito de cada uma delas.

Logo na abertura da reunião, Bernardo Cabral fez um apelo à comissão que preside para que não se interrompa, no Senado, a tramitação da reforma do Judiciário, assunto ao qual ele dedicou grande parte do seu tempo nos últimos meses. Cabral, que não conseguiu se reeleger em 6 de outubro, temia que, por causa disso, o trabalho legislativo em torno da reforma do Judiciário não fosse concluído.

Então, até mesmo como uma forma de “prestar uma homenagem a Cabral”, segundo afirmaram Eduardo Suplicy, Waldeck Ornélas (PFL-BA), Romero Jucá, Romeu Tuma (PFL-SP) e Lindberg Cury (PFL-DF), os senadores firmaram o compromisso de concluir a tramitação da matéria no Senado, devolvendo-a à Câmara antes de 15 de dezembro.

DISCUSSÃO

Numa deferência aos senadores que participaram da reunião da CCJ, Cabral iniciou a apresentação do seu relatório pelas emendas de autoria dos parlamentares presentes. Assim, chegaram a ser discutidas e votadas emendas apresentadas em Plenário por Waldeck Ornélas, Eduardo Suplicy e Antonio Carlos Júnior (PFL-BA).

A emenda de Ornélas, acatada pelo relator, transfere para a Jus-



CCJ iniciou a votação das emendas e pretende concluir rapidamente o trabalho após o segundo turno das eleições

tiça Federal os julgamentos dos crimes envolvendo o trabalho escravo. A emenda também especifica esse tipo de crime no Código Penal. Cabral acolheu a emenda e sua posição foi ratificada por votação na CCJ.

O mesmo ocorreu com a emenda que busca estabelecer uma simetria remuneratória dos membros do Ministério Público, equi-

parando-os aos membros do Poder Judiciário e não aos servidores públicos, o que implicará melhoria de rendimento para aqueles servidores.

O relator acatou também emenda do senador Suplicy, impondo a quarentena no Judiciário, de modo a evitar a “contaminação política” dos seus membros. Acatou, ainda, mas com modificações,

emenda do senador Antonio Carlos Júnior que vai permitir a remoção de um magistrado de uma determinada jurisdição, mediante o argumento de interesse público, nos casos de promoção por antiguidade. Atualmente, o magistrado pode recusar a promoção por antiguidade para não ser removido de uma determinada comarca.

Bernardo Cabral quer concluir no dia 30 exame na CCJ

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, senador Bernardo Cabral, disse ontem que a proposta de reforma do Poder Judiciário – da qual é relator – deve ter a tramitação concluída na comissão no dia 30, durante a primeira reunião a ser realizada após o segundo turno das eleições presidenciais.

Somente dessa forma, acredita o senador, haverá tempo suficiente para o Plenário analisar os pareceres que ele elaborou sobre cada emenda apresentada à proposta. Como ainda resta muito trabalho a ser feito até a conclusão da votação da matéria pelo Senado, Bernardo Cabral sugeriu que o Plenário promova sessões deliberativas também às segundas e sextas-feiras, a exemplo do que ocorreu durante a vo-



Bernardo Cabral espera que a votação no Senado seja feita este ano para evitar a necessidade de indicação de novo relator

tação da proposta de limitação da imunidade parlamentar.

– Como não obtive a reeleição para o Senado, pretendo dar toda a minha contribuição à conclusão da votação da reforma do

Judiciário. Caso ela não se complete neste ano, outro relator será indicado e precisará promover um trabalho árduo de análise de todas essas emendas – previu.



O *Jornal do Senado* publica perguntas e sugestões dirigidas aos senadores abordando questões de interesse público. A desta edição foi veiculada pela TV Senado. Você pode participar e ter sua pergunta respondida aqui, ligando gratuitamente para o serviço A Voz do Cidadão – 0800 61 2211 – e autorizando a publicação.

Maria de Fátima da Silveira, de Arraial do Cabo (RJ), pergunta: Como está a assessoria jurídica à mulher na terceira idade?

A senadora Maria do Carmo (PFL-PE) responde: É muito importante a criação de conselhos estaduais da terceira idade. Foi criado recentemente o Conselho Nacional, embora de forma atrasada porque vários estados já têm o seu conselho. Existem também os conselhos municipais da terceira idade, que dão assistência, de forma eficiente, a todo cidadão que está nessa faixa etária.

Maior bancada feminina do Senado tem apoio de Tebet

“Há avanço das mulheres em todas as atividades, principalmente na política. Isso é altamente salutar”, ressalta o senador

O presidente do Senado, Ramez Tebet, afirmou ontem que o fato de o Brasil haver eleito no último dia 6 a maior bancada feminina da história do Senado é “um avanço”. Para Tebet, isso significa que a sociedade brasileira não é discriminatória. A bancada feminina no Senado passará de cinco para dez senadoras.

— Há avanço das mulheres em todas as atividades, principalmente na política. Isso é altamente salutar — disse o presidente.

Tebet mais uma vez defendeu a mudança da data da posse do presidente e dos governadores eleitos, marcada para 1º de janeiro. O presidente do Senado ressaltou que essa é uma data de comemoração universal, observando que a posse marcada para esse dia atrapalha as comemorações familiares dos eleitos e impede a vinda



Roosevelt Pinheiro

Ramez Tebet acredita que Senado aprovará ainda este ano a reforma do Judiciário e o Orçamento da União

de chefes de Estado de outros países.

— Esse dia tira o brilho da posse. Sou favorável a outra data, mas isso depende de mudança constitucional — ressaltou o senador.

Tebet considera importante que o assunto seja discutido, lembrando que há proposta em tramitação na Câmara dos Deputados

mutando a posse para 6 de janeiro. Ele não acredita, no entanto, que até 31 de dezembro o Congresso consiga aprovar emenda constitucional nesse sentido.

O presidente do Senado comentou, ainda, que até o fim deste ano o Senado deverá aprovar a reforma do Judiciário e o Orçamento da União de 2003.

Parlamentares devem participar de campanhas

Ramez Tebet manifestou ontem sua opinião de que a presença dos senadores nos estados neste momento “é fundamental para o processo democrático”. Tebet fez a declaração ao comentar sua decisão de que até o próximo dia 27, quando será realizado o segundo turno das eleições, o Senado só realizará sessões deliberativas caso

previamente convocadas. O objetivo da decisão é permitir aos parlamentares plena participação na campanha política em seus estados.

As demais atividades do Senado, esclareceu o presidente, prosseguirão normalmente até o segundo turno das eleições. Essa definição foi tomada por Tebet após entendimento com os demais in-

tegrantes da Mesa e com os líderes partidários.

O presidente do Senado falou com a imprensa durante solenidade de assinatura de termo de cessão de terreno, pela União, para a construção da sede da Universidade do Legislativo (Unilegis), e de convênio com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

PFL da Bahia elege maior bancada da Câmara, governador e senadores



Roosevelt Pinheiro

O senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) agradeceu ontem ao povo da Bahia “a consagração proporcionada, pela vontade expressa nas urnas, ao Partido da Frente Liberal”. Além de Paulo Souto para governador, com 53,7% dos votos válidos, os baianos elegeram dois senadores pelo PFL — Antonio Carlos Magalhães e César Borges — e asseguraram para o partido a maior bancada estadual na Câmara Federal.

— Com uma votação de números recordes, o partido trará a maior bancada estadual. Nenhum outro partido traz para a Câmara bancada tão significativa. E na As-

sembléia Legislativa também conquistamos a maioria das cadeiras.

Conforme os dados oficiais divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral, Antonio Carlos Júnior ressaltou que, na Bahia, enquanto o PT fez sete deputados federais, o PMDB, três, e o PSDB e o PPB fizeram dois, o PFL elegeu 19 deputados federais.

Para ele, esses resultados demonstram que “a Bahia soube, mais uma vez, escolher e prestar justiça a seus homens públicos”.

Antonio Carlos Júnior também informou que Rodolpho Tourinho ocupará a vaga de Paulo Souto no Senado.

Antonio Carlos Júnior diz que “Bahia soube escolher e prestar justiça a seus homens públicos”

Lobão critica pesquisas do Ibope no Maranhão

O senador Edison Lobão (PFL-MA) protestou ontem contra as pesquisas de intenção de voto para senador divulgadas pelo Ibope relativas ao Maranhão. Lobão foi reeleito, mas as pesquisas publicadas pelo instituto sempre o colocaram abaixo de seu concorrente na preferência dos eleitores.

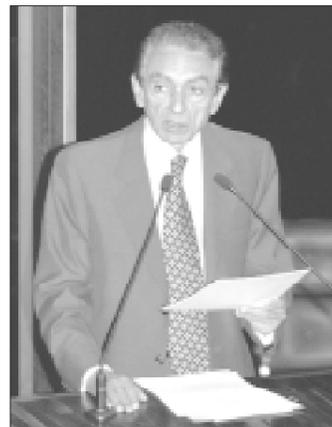
— O Ibope errou drasticamente em suas previsões maranhenses. Colocou-me derrotado em meio aos processos eleitorais.

O senador manifestou sua estranheza pelo fato de a pesquisa do Ibope contrariar os prognósticos de outros institutos de pesquisa maranhenses.

— Sofri graves prejuízos com pesquisas sabidamente equivocadas. Não é isso o que deseja o legislador e a Justiça Eleitoral — afirmou Lobão, para quem as falhas ou deficiências das pesquisas comprometem a equanimidade entre os candidatos. Para ele, os parlamentares devem propor uma “correção de rumo” para a divulgação das pesquisas eleitorais, uma vez que a regulamentação da Justiça Eleitoral não tem sido suficiente para coibir a influência que elas têm no pleito.

Lobão protestou ainda contra entrevista publicada ontem pelo jornal *O Globo*, na qual o presidente do Ibope, Carlos Augusto Montenegro, afirma que o instituto teve problemas nas pesquisas apenas na Paraíba, no Paraná e em Mato Grosso.

— Isto não é verdade. Houve problema também no Maranhão — afirmou o parlamentar, que lamentou ter oscilado 25 pontos percentuais entre uma pesquisa e outra.



José Cruz

Edison Lobão: “Sofri graves prejuízos com pesquisas sabidamente equivocadas”

Tal fato, segundo o senador, foi considerado impossível por especialistas que conhece. Ele acrescentou que, nas quatro eleições majoritárias que disputou e venceu, o Ibope sempre o colocou atrás dos concorrentes.

Edison Lobão foi apartado por seis senadores. Lindberg Cury (PFL-DF) e Ney Suassuna (PMDB-PB) assinalaram que a pesquisa é uma forma de induzir os eleitores, já que muitos deles votam nos que são apontados como favoritos. Bernardo Cabral (PFL-AM) afirmou que as pesquisas são “infladas” para agradar aqueles que as encomendam, o que somente será corrigido quando elas forem obrigatoriamente patrocinadas pelo Fundo Partidário.

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) lembrou ter sido muito criticado quando apresentou projeto proibindo a divulgação das pesquisas no período eleitoral. Já Arlindo Porto (PTB-MG) e Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) parabenizaram Edison Lobão por sua reeleição.

Emilia propõe voto de pesar por morte de sociólogo

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) propôs ontem requerimento de profundo pesar pelo falecimento do sociólogo José Eduardo Utzig, coordenador da campanha do candidato petista ao governo do Rio Grande do Sul, Tarso Genro. A morte de Utzig, na madrugada de ontem, em decorrência de ataque cardíaco, provocou a alteração da agenda do candidato do PT à Presidência, Luiz Inácio Lula da

Silva, que esteve no velório.

Natural de Tapera, Utzig tinha pós-graduação em Gestão Pública pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT), de Boston (EUA). Participou das administrações petistas em Porto Alegre — foi secretário de Captação de Recursos, em 1996, e de Administração. Em 1999, assumiu o cargo de secretário adjunto de Ciência e Tecnologia, no governo estadual.



Fotos: Roosevelt Pinheiro

Segundo Valadares, a eleição comprovou o "enorme desejo de mudança" do povo brasileiro

Valadares agradece voto de sergipanos

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) agradeceu ontem em discurso ao povo sergipano pela sua recondução ao Senado com uma votação que classificou de "direta e sincera". Valadares destacou a importância do Senado no desenho institucional e na história política do Brasil.

— Este Senado teve a presença ilustre de patrimônios da vida pública brasileira, como Rui Barbosa, Milton Campos e Mário Covas — destacou o senador reeleito.

Atual segundo vice-presidente da Casa, Valadares explicou que fez uma campanha sem rádio, televisão ou jornais, baseada apenas no corpo-a-corpo e na conscientização dos eleitores de seu estado. Ele disse que conseguiu também grande visibilidade graças à TV Senado, captada por cabo e por antenas parabólicas, mas garantiu que deve sua reeleição ao seu passado de governador eleito em 1986, secretário de Educação e ao trabalho que desenvolveu nos últimos oito anos no Senado.

— A eleição do último final de semana mostrou o enorme desejo de mudança do povo brasileiro, foi um verdadeiro grito de alerta. Os brasileiros disseram "não" a este modelo excludente, injusto, concentrador, de submissão do Brasil aos interesses estrangeiros. O fato de um ex-sindicalista e ex-operário ter sido o mais votado mostra bem o desejo de mudança. A oposição, em conjunto, Lula, Ciro e Garotinho, teve mais de 70% dos votos — frisou.

Valadares fez questão também de cumprimentar os outros senadores que retornarão com mandato renovado, como o presidente do Senado, Ramez Tebet, o vice-presidente Edison Lobão (PFL-MA) e o senador Romeu Tuma (PFL-SP), e de elogiar o trabalho dos que não conseguiram ser reeleger, como os senadores Bernardo Cabral (PFL-AM) e Emilia Fernandes (PT-RS).

Para Saturnino, mudança política no Brasil terá repercussão mundial

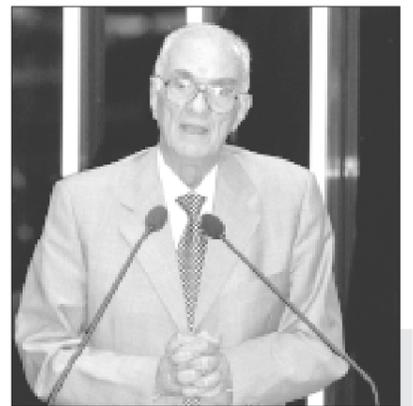
Senador cita artigos de sociólogos europeus para classificar a eventual vitória de Lula no segundo turno como um acontecimento de importância internacional

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) afirmou ontem que a mudança política no Brasil decorrente de possível vitória de Luiz Inácio Lula da Silva no segundo turno das eleições presidenciais terá reflexos importantes no mundo. Ele baseou sua afirmação em artigos dos sociólogos Boaventura de Souza Santos, de Portugal, e Alain Touraine, da França, que propugnam a liderança do Brasil na defesa dos que querem "dar um basta" à ditadura do mercado financeiro. Os artigos foram publicados pela *Folha de S. Paulo* no dia 4.

— O mercado não vai derrotar Lula. A subserviência das autoridades econômicas e financeiras brasileiras ao mercado internacional vai acabar. O novo governo irá restaurar a nação brasileira e a defesa dos reais interesses da população.

Conforme Saturnino, os dois sociólogos afirmam que o Brasil será o líder natural do movimento mundial contra a hegemonia dos Estados Unidos, rompendo o silêncio dos povos sem esperança e cindindo a solução ortodoxa do neoliberalismo para resgatar o lado humano dos países, que ainda não morreu.

Saturnino disse ainda que o novo governo, caso vença Lula, falará a linguagem da esperança, mas também a da responsabilidade. Ele lembrou que Porto Alegre (RS) está consagrada como a capital das soluções alternativas à globalização. "Já há críticas ao sistema, vindas até de dentro da globalização, por pessoas que compreenderam ser esse modelo indutor das desigualdades entre ricos e pobres e, principalmente, entre países ricos e pobres, o que é antidemocrático", concluiu.



"O mercado não vai derrotar Lula", afirma Roberto Saturnino

Emilia: povo mostrou insatisfação com os donos do poder

Analisando os resultados do primeiro turno das eleições, a senadora Emilia Fernandes (PT-RS) destacou ontem o fortalecimento da oposição, com a eleição de sete governadores de partidos que não apoiam o governo Fernando Henrique. Dois deles são do PT, os governadores eleitos do Acre, Jorge Viana, e do Piauí, Wellington Dias.

— Ainda no primeiro turno das eleições, o povo brasileiro mostrou sua insatisfação com os atuais donos do poder. Explicitou seu desejo de mudança, de renovação, apostando nos projetos democráticos e populares, nas propostas que primam pela inclusão, participação e justiça social. Nosso povo depositou suas esperanças nas propostas que se contrapõem ao projeto neoliberal defendido por vários políticos, especialmente pelos fiéis escudeiros do governo federal — afirmou.



Emilia Fernandes destaca o crescimento da oposição no primeiro turno das eleições

Emilia observou que o PT terá a maior bancada da Câmara dos Deputados e uma das maiores do Senado, passando de 58 para 91 deputados e de oito para 14 senadores. Em relação ao Rio Grande do Sul, a senadora assinalou que o PT manteve os oitos deputados em sua

bancada na Câmara, assegurou uma vaga no Senado e na Assembléia Legislativa permaneceu com a maior bancada, ampliando de 11 para 13 o número de parlamentares.

Ela ressaltou que a disputa para o governo do Rio Grande do Sul teve a participação de 12 candidatos e todas as análises políticas apontavam a polarização entre o candidato do PT, Tarso Genro, e o ex-governador Antônio Britto.

— Britto foi derrotado. A política do atraso, da privatização de setores estratégicos, da demissão de professores e policiais, do privilégio das multinacionais em detrimento de nossa matriz produtiva, da nossa agropecuária, foi desmascarada e repudiada — afirmou.

Emilia destacou o projeto político que teve início com o atual governador, Olívio Dutra. Segundo ela, o governo gaúcho tem dado

exemplo de como é possível implementar uma política de desenvolvimento econômico sem perder de vista o humanismo e as prioridades sociais. Ela disse que, de 1999 a 2001, o Rio Grande do Sul obteve crescimento industrial médio de 11,7%, enquanto o Brasil cresceu apenas 1,7% e o governo estadual anterior teve percentual negativo (- 4,7%).

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) citou artigo publicado na *Folha de S. Paulo* em que o sociólogo português Boaventura Santos diz que gostaria de ser brasileiro neste momento para poder votar em Lula e em Tarso Genro. O senador Lindberg Cury (PFL-DF) disse que a bancada gaúcha no Senado sempre foi "da melhor estirpe" e lembrou a atuação de Emilia na defesa do redirecionamento, para os pequenos agricultores, dos recursos públicos que seriam empregados na Ford.

Maguito reitera apoio a Lula no segundo turno

À semelhança do que fez no primeiro turno da eleição presidencial, quando anunciou seu apoio a Luiz Inácio Lula da Silva, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) reiterou ontem que apoiará o candidato do PT no segundo turno. Ele previu que também apoiarão Lula os senadores Mauro Miranda (PMDB-GO) e Iris Rezende (PMDB-GO), além de muitos peemedebistas de Goiás.

— Mesmo antes de definirem os candidatos, eu já demonstrava meu interesse em votar em Lula. E tive esse prazer no primeiro turno. Iremos apoiá-lo de corpo e alma neste segundo turno. A minha posição já

está tomada — destacou o senador.

Maguito chegou a prever o apoio maciço do PMDB de Goiás ao candidato do PT, afirmando que todos sonham com um "choque ético" no país. O parlamentar também disse que vai apoiar Lula sem ter falado com ele e sem efetivamente saber se o candidato deseja seu apoio.

— Independentemente de conversar, não quero nada. Quero é o bem do Brasil e do povo brasileiro. Quero a redução das desigualdades e o fim da fome. O que me interessa é a melhor distribuição de renda, tudo o que Lula tem defendido. É o apoio de um brasileiro patriótico, que so-

nhá com um país melhor — frisou.

No mesmo discurso, Maguito conclamou o Senado a realizar as reformas de que o país precisa. É necessário, na sua opinião, discutir urgentemente as reformas política, tributária e previdenciária. No âmbito da reforma política, ele destacou a fidelidade partidária, o voto facultativo, o financiamento público das campanhas e o voto distrital.

Em aparte, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) disse estar feliz com a presença dos senadores goianos na campanha de Lula e afirmou que o candidato do governo, José Serra, nunca teve a coragem de partici-



Maguito diz que nem falou com Lula sobre apoio no segundo turno: "Quero é o bem do Brasil"

par de um qualificado debate em Plenário sobre os problemas do país. Os senadores Mauro Miranda e Roberto Saturnino (PT-RJ) elogiaram o desempenho de Maguito Vilela nas eleições de Goiás.

Cabral comemora os 100 anos de "Os Sertões"

Para senador, o livro de Euclides da Cunha "é um monumento de reflexão sobre esse tema sempre intrigante chamado Brasil". A obra, diz, é o maior livro já escrito no Brasil. "Quem o leu conhece o sertão baiano mesmo sem tê-lo visitado"

Os Sertões, obra-prima de Euclides da Cunha, está fazendo 100 anos, lembrou ontem o senador Bernardo Cabral (PFL-AM). Segundo disse, o livro ainda é "um monumento literário e de reflexão" sobre "esse tema sempre intrigante chamado Brasil".

– Quem o leu conhece o sertão baiano mesmo sem tê-lo visitado. Conhece seu solo recresado, castigado pelas secas, seu relevo bizarro, seu clima instável, seus rios transitórios, sua flora decídua – afirmou o senador.

Para Bernardo Cabral, a obra *Os Sertões* é o maior livro que já se escreveu até hoje no Brasil. Conforme avaliou o senador, o texto é simultaneamente

a obra de um cientista – geógrafo, etnógrafo, geopolítico –, de um homem de pensamento e de idéias e de um antecessor da hoje denominada Ciência Política.

Bernardo Cabral sugeriu uma reflexão sobre quais foram as mudanças alcançadas pelo país um século de história após a publicação do livro e ressaltou que, em *Os Sertões*, Euclides da Cunha denuncia o empenho da Rua do Ouvidor, alimentado pelos jornais, em desejar a derrota das caatingas.

– Será que já aprendemos a lição? – indagou.



Roosevelt Pinheiro

Para Cabral, Euclides da Cunha foi geógrafo e cientista político



Valmir destaca iniciativas de combate ao trabalho escravo

O senador Valmir Amaral (PMDB-DF) destacou ações governamentais que estão sendo aplicadas em todo o país contra o trabalho escravo. Entre as medidas, o parlamentar citou a atuação do Ministério Público do Trabalho (MPT), que vem instaurando inquéritos civis públicos eajuizando ações que impedem o empregador a não mais praticar o trabalho escravo e o obrigam a cumprir as normas sobre as condições gerais dos empregados. São ações, disse, amparadas no princípio fundamental do direito à liberdade, na Convenção 29 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e das normas contidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Valmir Amaral informou que o Ministério Público do Trabalho atua de forma integrada com o Ministério do Trabalho e Emprego, que, por meio da fiscalização móvel do Grupo para Erradicação do Trabalho Forçado (Gertraf), implementa ações permanentes para evitar irregularidades.

AGILIDADE

O parlamentar lembrou que no dia 12 de setembro foi criada no Ministério Público do Trabalho uma coordenadoria nacional para o combate ao trabalho forçado e regularização do trabalho indígena. A iniciativa pretende



Ministério Público do Trabalho tem agido para evitar irregularidades, diz Valmir

garantir maior agilidade à atuação no combate ao trabalho escravo.

O senador também elogiou o procurador-geral do Trabalho, Guilherme Mastrichi Basso, que desde 1999 elegeu a erradicação das atividades forçadas como uma das metas prioritárias do Ministério Público do Trabalho.

– O trabalho escravo representa uma afronta aos direitos humanos, e a Organização Internacional do Trabalho tem, como medida de progresso social, a erradicação de sua incidência. Assim, cabe a todos nós participar e acionar todos os mecanismos possíveis na busca de resultados efetivos para o projeto de combate ao trabalho forçado no país.

Tebet quer pacto para interiorizar desenvolvimento

Ao homenagear o estado de Mato Grosso do Sul pelos seus 25 anos de criação, que serão completados amanhã, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) defendeu a constituição de um pacto pela interiorização e desenvolvimento do Brasil. Ele explicou que esse acordo significa, de forma concreta, estabelecer mecanismos de apoio à agroindústria, agregando valor à produção primária e gerando emprego e renda.

– Certamente não haverá momento mais oportuno para a definição desse pacto pelo desenvolvimento regional que este, quando se trava o debate democrático decisivo em torno de programas e propostas que buscam o referendo da nação no turno final da eleição presidencial – afirmou.

Na avaliação do senador, sem uma infra-estrutura adequada e incentivos com o objetivo de reduzir as disparidades do país, o Brasil estará fadado a abrigar em uma mesma pátria os muito ricos e os absolutamente deserdados de futuro, além de territórios altamente desenvolvidos e cantões esquecidos. Ele lamentou que os programas de governo apresentados pelos presidentes não contemplam polí-



José Cruz

Para Ramez Tebet, diferenças regionais comprometem o futuro do Brasil

ticas específicas de interiorização do desenvolvimento.

Ramez Tebet falou ainda da sua convicção de que, "apesar dos pessimistas de sempre e dos derrotistas de ocasião", o Brasil tem jeito e futuro. Ele registrou que, apesar de o futuro já estar sendo construído, ele precisa ser antecipado. Para o senador, enquanto persistirem as injustiças sociais e as diferenças regionais, "o Brasil não poderá ser alçado à plena condição de nação".

REELEIÇÃO

Em seu pronunciamento, Tebet também agradeceu ao povo sulmato-grossense por tê-lo reeleito com uma das maiores votações proporcionais do país. Ele disse que caberá aos eleitores do estado decidir, democraticamente, em segundo turno para o governo do estado, "entre a mera prorrogação de uma administração

ineficiente e as propostas de políticas públicas capazes de retomar o caminho do desenvolvimento, de que lamentavelmente" o estado se desviou.

O senador Lindberg Cury (PFL-DF), em aparte, cumprimentou Tebet por sua reeleição ao Senado e destacou a vocação de Mato Grosso do Sul para a produção agrícola, afirmando que o estado, "sem dúvida, será um grande alimentador do mundo em matéria de grãos".

Lindberg também fez um resumo da vida pública de Tebet, iniciada na Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco). Ele ressaltou que, "onde quer que esteja, Tebet sempre desempenha suas funções com seriedade, probidade, inteligência e capacidade".

Comissão deve discutir hoje adoção da TV digital no Brasil

A Comissão de Tecnologia Digital fará audiência pública hoje, às 14h, para discutir a política do governo federal na implementação da TV digital no Brasil. Foram convidados para o debate o coordenador-geral de Indústrias Intensivas em Tecnologia, da Secretaria do Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Arnaldo Gomes Serrão; Lázaro José de Brito, do Ministério das Comunicações; Marconi Thomaz de Souza Maya, da Agên-

cia Nacional de Telecomunicações (Anatel); e um representante do Ministério da Fazenda.

A comissão foi criada pelo Conselho de Comunicação Social e tem como membros titulares Daniel Koslovski Herz, representante da categoria profissional dos jornalistas; Fernando Bittencourt e Miguel Cipolla Jr., engenheiros com notório conhecimento na área de comunicação; e Geraldo Pereira dos Santos, representante das categorias profissionais das áreas de cinema e vídeo.



Célio Azevedo

Romero Jucá anunciou projeto que visa acabar com poder paralelo exercido nas prisões por criminosos

Jucá sugere presídio federal para chefes do narcotráfico

O vice-líder do governo no Senado, Romero Jucá (PSDB-RR), anunciou que vai apresentar projeto determinando que criminosos de alta periculosidade, como traficantes de drogas condenados a vários anos de prisão, cumpram penas em presídios sob o comando da Polícia Federal. Para ele, é preciso que o governo construa presídios federais para abrigar chefes de organizações criminosas, retirando essa competência dos estados.

O principal objetivo do projeto, conforme explicou, é tentar acabar com o poder paralelo dos criminosos que, mesmo encarcerados, continuam a comandar de dentro da prisão os seus "negócios" e mantêm influência e liderança a ponto de implantar um clima de terror, como o ocorrido recentemente na

cidade do Rio de Janeiro, onde comerciantes foram obrigados a fechar as portas em obediência ao comando do tráfico.

Romero Jucá entende que a Polícia Federal deve ser fortalecida para combater com maior rigor o tráfico de drogas em todo o país. Do contrário, alertou, o poder paralelo do crime poderá crescer, trazendo mais insegurança para a população dos grandes centros urbanos.

- Esses bandidos com pena maior têm que ser reclusos em presídios federais guarnecidos pela polícia federal. Nós temos que tirar essa questão dos estados, pois estes não têm aparato nem salário para o policial combater o tráfico de drogas do jeito que as coisas estão instaladas no país - disse.

Coleção "Textos Políticos" será lançada em bienal

O Senado lança hoje na Bienal do Livro do Ceará, a partir das 18h, a coleção *Textos Políticos*, obra em 10 volumes, que reúne mais de mil documentos de caráter político-administrativo importantes para a história do Brasil. Os livros trazem desde o Tratado de Tordesilhas até atas de sessões memoráveis do Congresso, como a que decidiu adotar o regime parlamentarista para garantir a posse do presidente João Goulart, em 1961. A Bienal do Livro está sendo realizada em Fortaleza e prossegue até o dia 13.

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), presidente do Conselho Editorial do Senado desde 1997, deve estar presente ao lançamento. O evento marca a despedida de Alcântara do comando do Conselho Editorial, já que está em fim de mandato e disputa do governo do estado este ano. O vice-presidente do conselho, professor Joaquim Campele Marques, já confirmou presen-

ça no lançamento.

Como acontece em outros eventos literários dos quais o Senado participa, os cearenses vêm demonstrando interesse pelos livros que trazem leis atualizadas, como o novo Código Civil e o Código de Trânsito Brasileiro, vendidos a R\$ 10 e R\$ 5, respectivamente. Além de livros, o público também pode visitar no local uma exposição de documentos sobre episódios importantes da história do país que fazem parte do Arquivo do Senado como a Lei Áurea, o termo de posse e a carta de renúncia do ex-presidente Jânio Quadros.

O estande da Casa na Bienal do Ceará, que tem 74 m², vai continuar movimentado em outros dias do evento.

Na última segunda-feira, o Senado Federal entregou para a Sociedade de Assistência aos Cegos do Ceará a coleção de obras em braile editadas pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep).

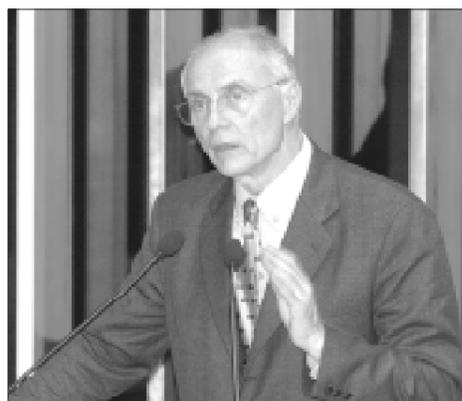
Senado deve defender a paz mundial, diz Suplicy

Ele manifesta preocupação com possível ataque dos Estados Unidos ao Iraque e questiona os reais interesses de George Bush

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) manifestou ontem sua preocupação com os discursos frequentes do presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, que ameaça atacar o Iraque sob pretexto de acabar com as armas de destruição em massa que ele alega estarem à disposição do ditador Saddam Hussein, inclusive bombas atômicas.

Segundo Suplicy, é fundamental que o governo brasileiro trabalhe no sentido de garantir que os inspetores da Organização das Nações Unidas (ONU) tenham ampla liberdade de levar adiante sua missão de avaliar se o Iraque dispõe mesmo de gases venenosos e armas químicas e nucleares, antes que os Estados Unidos se lancem na aventura de atacar o país.

Ele citou artigo de Robert Fisk, do jornal *The Independent*, publicado na edição de ontem da *Folha de S. Paulo*, em que o jornalista coloca em dúvida a natureza do real interesse do governo norte-americano. A intenção de Bush seria acabar com uma ameaça à paz mundial ou obter vantagens do petróleo iraquiano?, indaga o jornalista, segun-



Roosevelt Pinheiro

Para Suplicy, inspetores da ONU devem ter liberdade de ação no Iraque

do Suplicy.

Para o senador, é preciso que a voz do Senado brasileiro se faça ouvir no mundo, advogando a causa da paz mundial e da fraternidade entre os povos. Em aparte, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) disse que Suplicy representa o "coração valente" mais adequado da Casa, na defesa da paz.

APOIO POLÍTICO

Suplicy congratulou-se com a decisão do presidente do PSB, Miguel Arraes, e do seu candidato derrotado à Presidência da República, Anthony Garotinho, de dar apoio político a Lula na campanha de 2º turno. "Eles seguiram o caminho de Ciro Gomes

e do presidente do PPS, Roberto Freire", disse.

As condições postas por Garotinho para dar seu apoio são, conforme o senador, harmônicas com as posições políticas já divulgadas por Lula, tais como não submissão aos ditames do Fundo Monetário Internacional (FMI), revisão do acordo sobre cessão de parte da Base de Alcântara (MA) aos Estados Unidos e negociação sobre a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) em bases bem diferentes das que têm sido discutidas até agora. "Garotinho e Lula concordam que os atuais parâmetros de discussão representam uma aneção do Brasil aos EUA", disse.

Coral se apresenta com entrada franca

O Coral do Senado deverá apresentar hoje, com entrada franca, *Um Canto pela Paz*, sob a regência da maestra Glicínia Mendes, a partir das 20h30, no Espaço Cultural JK, do Serviço Social do Comércio (Sesc) da 913 Sul, no Plano Piloto em Brasília.

O diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, está convidando toda a comunidade brasiliense a participar do evento, que tem como objetivo não só o entretenimento, mas também a proposta de motivar as pessoas a assumirem sempre uma posição contrária à violência, "venha ela de onde vier".

Segundo Agaciel, num mundo tão conturbado como o de hoje, e tão lastimavelmente marcado por ações violentas, o Senado Federal estará, atra-



José Cruz

O espetáculo *Um Canto pela Paz* terá início às 20h30, no Espaço Cultural JK do Sesc, no Plano Piloto, em Brasília

vés do seu coral, prestando uma pequena contribuição à promoção da paz, coisa que já vem sendo feita pela instituição por meio do trabalho legislativo, do aperfeiçoamento das leis e da promoção dos valores mais humanistas

e cristãos.

O repertório de *Um Canto pela Paz* inclui músicas eruditas e populares de autores como Häendel, Javier Busto, Milton Nascimento, Vinícius de Moraes, Pixinguinha e John Lennon.

Universidade do Legislativo inicia trabalhos

Na solenidade de abertura, além da realização de aula inaugural, foi firmado convênio com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e assinado termo de cessão de imóvel para construção da sede da Unilegis

Três atos solenes marcaram oficialmente, na manhã de ontem, a abertura dos trabalhos da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis). No auditório do edifício Interlegis, o presidente do Senado Federal e reitor da Unilegis, Ramez Tebet, e o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guilherme Dias, assinaram o termo de cessão de um imóvel da União para o Senado, com 32 mil metros quadrados, destinado à construção da sede da nova instituição de ensino superior.

— É uma satisfação para o governo federal poder colaborar com essa iniciativa, que concorre para a consolidação da democracia e o fortalecimento do Legislativo — declarou Guilherme Dias. Segundo o diretor-geral do Senado e vice-reitor administrativo da Unilegis, Agaciel da Silva Maia, o terreno cedido situa-se no Setor de Clubes Sul, ao lado do Centro Cultural Banco do Brasil em Brasília, e deverá abrigar, nas futuras instalações da universidade, um centro de treinamento e alojamento para alunos de cursos de graduação e especialização.

Para Tebet, a cessão de terreno da União para a Unilegis demons-

tra a harmonia que deve existir entre os Poderes da República. O parlamentar assinalou o pioneirismo do Senado brasileiro ao montar a primeira universidade aberta do mundo, cuja atuação, na sua opinião, deve ir além do aprimoramento institucional e da qualificação dos quadros do Legislativo, aproximando a juventude do processo político-partidário. “O Senado tem o dever de mostrar que as instituições políticas são fundamentais na vida do povo”, afirmou.

CONVÊNIO

Logo em seguida, o presidente do Senado e o reitor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Manoel Catarino Paes, firmaram convênio de cooperação técnico-científica para promoção do curso de especialização em Direito Legislativo, que teve a aula inaugural realizada durante o evento. Com duração de 360 horas, o curso será oferecido de outubro de 2002 a setembro de 2003 e irá capacitar mais de 100 servidores do Senado, da Câmara dos Deputados e do Tribunal de Contas da União.

De acordo com o vice-reitor acadêmico da Unilegis, Antônio



Manoel Catarino, Guilherme Dias, Ramez Tebet e Agaciel Maia, durante solenidade de abertura da Unilegis

José Barbosa, a especialização será desenvolvida em três módulos. Além da UFMS, o Senado já firmou parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e, até meados de novembro, deve fazer o mesmo com a Universidade de Brasília (UnB). Em 2003, está prevista a montagem de outros cursos de especialização e de um curso de graduação sequencial, com carga horária menor.

Parlamento brasileiro tem sido exemplo de profissionalização

O Parlamento brasileiro tem servido de exemplo, ao redor do mundo, de profissionalização de seu corpo de servidores, alcançada prioritariamente com a contratação via concurso público e a crescente especialização desses quadros. A afirmação partiu do ex-diretor da Consultoria Legislativa do Senado e professor da Universidade de Brasília (UnB), Estevão Chaves de Rezende Martins, que proferiu, na manhã de ontem, a aula inaugural do curso de especialização em Direito Legislativo promovido pela Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis).

No seu ponto de vista, é fundamental sincronizar a profissionalização dos servidores com a despoliticização do processo de nomeação para alguns cargos públicos. “Do chefe de gabinete para baixo,

o profissional contratado deve ser servidor do Estado”, declarou. Quanto ao curso em questão, acredita que deverá ajudar a viabilizar tecnicamente a execução de um contrato eficaz de gestão pública, que vincule o exercício do mandato do agente público aos anseios do titular do poder, ou seja, o povo.

Estevão Martins declarou sua adesão ao sistema parlamentarista de governo, que deveria atuar como fórum de expressão da vontade social do eleitor. “O Parlamento deve ser uma instância privilegiada na formação das grandes decisões políticas. Ao Executivo cabe, como o próprio nome já diz, executar”, disse.

A tese de equilíbrio entre os três Poderes, base da legitimidade institucional e política, também foi muito explorada na exposição do ex-consultor legislativo do Senado. Pela regra, deve haver uma partilha da responsabilidade pública do poder, com vistas a evitar uma tendência maior de o Executivo ocupar mais espaços nas esferas de decisão. E observou a necessidade de o sistema de contenção estar baseado em um tripé fundamental, constituído por sistema eleitoral, político-partidário e funcionamento eficaz do Estado.

Instituição é pioneira na formação de servidores

O diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, afirmou ontem, ao participar da solenidade de inauguração do primeiro curso da Universidade do Legislativo (Unilegis), que a instituição fará uma revolução no campo da formação dos servidores dos legislativos municipal, estadual e federal. Ele informou que essa experiência, de criação de uma universidade em um parlamento, é precursora no mundo.

— Nosso Senado é o terceiro mais antigo da história e está se destacando como o primeiro Legislativo a contribuir na área da educação — enfatizou o diretor-geral.

Agaciel explicou que a Unilegis irá implementar, de forma significativa, a racionalização da administração pública brasileira com ações voltadas para a facilitação e o barateamento dos custos de acesso dos funcionários do Poder Legislativo — nas três esferas ad-

ministrativas — ao conhecimento. Os servidores, observou, recebem formação gratuitamente.

O diretor-geral exemplificou com uma situação futura em que o servidor da Câmara de Vereadores de um município pequeno e afastado dos grandes centros poderá obter, via Internet e por meio da TV Senado, o acesso a cursos capazes de treiná-lo para exercer com maior eficiência suas tarefas. Esse mesmo servidor, acrescentou, poderá dispor também de material didático e de apoio pedagógico gratuito por telefone.

Agaciel destacou ainda que o Senado está criando condições para que a população em geral possa utilizar, por computador, o conhecimento disponível em documentos, livros e bibliotecas do Congresso para poder melhorar seu nível de instrução.

O primeiro curso que será ministrado pela Unilegis, cuja aula inaugural aconteceu hoje, será, na

opinião do diretor-geral, uma demonstração do potencial da nova Universidade.

Agaciel aproveitou também para elogiar a assinatura do termo de cessão de terreno da União — localizado em Brasília — em favor da Unilegis.



Agaciel Maia destacou as iniciativas do Senado para democratizar o conhecimento junto à população do país

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Ramez Tebet, Edison Lobão, Antonio Carlos Valadares, Antonio Carlos Júnior e Benício Sampaio